

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

ANA FLÁVIA BORGES DE OLIVEIRA

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE
GEOGRAFIA DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

UBERLÂNDIA
2019

ANA FLÁVIA BORGES DE OLIVEIRA

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 8º
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de Geografia,
da Universidade Federal de Uberlândia (MG),
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Geografia.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Adriany de Ávila Melo Sampaio

UBERLÂNDIA
2019

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO
8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de Geografia,
da Universidade Federal de Uberlândia (MG),
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Geografia.

Uberlândia, 15 de julho de 2019.

Prof.^a Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio – IG – UFU/MG - Orientadora

Profa. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho – UFOPA/PA - Examinadora

Prof. Dr. Rosselvelt José dos Santos – IG- UFU/MG – Examinador

Prof. Dr. Pedro Barbosa – UFCAT - Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela direção, força e disposição que me permitiu a realização e conclusão deste trabalho.

À minha mãe Maria Aparecida Borges, meu pai José Francisco de Oliveira, minha irmã Ana Carolina Borges de Oliveira, e a todos os outros familiares, pelo apoio, carinho e esforço em garantir meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao meu namorado Marcelo Veigas de Oliveira, pela compreensão, pelo apoio, suporte, carinho e incentivo quanto à finalização do trabalho e que sempre acreditou na minha capacidade.

À professora Adriany, cuja orientação e suporte foram imprescindíveis para a realização do trabalho, além do incentivo quanto a minha qualificação.

Aos colegas do Laboratório de Geografia e Educação Popular que me acompanharam de alguma maneira ao longo da minha formação acadêmica.

Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização e finalização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa busca expor as possibilidades de implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, apontando as necessidades para a formação escolar dos cidadãos, no qual é fundamental a valorização das culturas afro-brasileira, africanas e indígenas através do ensino de Geografia. Tendo como objetivo buscar e discutir informações em diversas bibliografias que envolvem a educação voltada aos negros e ao continente africano. Para tanto, discutiremos a contextualização das leis federais no ensino de Geografia, com uma análise do processo de avaliação do livro didático a partir do Programa Nacional do Livro Didático, com isso, sendo realizada a análise de dois Livros Didáticos do oitavo ano do Ensino Fundamental. Pela literatura investigada nesta monografia percebe-se que o negro sempre foi representado de forma preconceituosa no âmbito educacional, tendo essa questão posteriormente transformada pela Lei 10639/2003. Porém, após a análise dos Livros Didáticos em estudo, verifica-se que houve uma pequena mudança na representação da imagem do negro. Assim, é preciso que os professores de Geografia desconstruam os estereótipos contidos no conteúdo escolar e ensinem o continente africano já no primeiro bimestre do ano letivo para que haja tempo suficiente para sua discussão. Através do ensino de Geografia e das Relações Étnico-Raciais, o conteúdo do estudo da África pode trazer ideias antirracistas e antidiscriminatórias, associado a projetos pedagógicos que promovam a pluralidade e à igualdade racial para todos.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; Livro Didático; Ensino de Geografia.

ABSTRACT

This research work seeks to expose the possibilities for Education implementation of Racial-Ethnic Relations, from Federal Laws 10,639 / 03 and 11,645 / 08, pointing out the need for school education of citizens, in which the performance of the crops is essential Afro-Brazilian, African and indigenous through the teaching of Geography. With the objective of searching and discussing information in several bibliographies that involve education directed to blacks and the African continent. Therefore, we discuss the context of federal laws in the teaching of geography, with an analysis of the evaluation process of the textbook from the National Textbook Program, with this being carried out the analysis of two textbooks for the eighth grade of elementary school. From the literature investigated in this monograph it is noticed that the Negro has always been represented in a prejudiced way in the educational scope, having this question later transformed by Law 10639/2003. However, after the analysis of the textbooks under study, it is verified that there was a small change in the representation of the image of the black. Thus, it is necessary that Geography teachers deconstruct the stereotypes contained in the school content and teach the African continent already in the first two months of the school year so that there is enough time for their discussion. Through the teaching of Geography and Ethnic-Racial Relations, the content of the study of Africa can bring anti-racist and anti-discriminatory ideas, associated with pedagogical projects that promote plurality and racial equality for all

Key-words: Law 10.639/2003; Textbook; Geography Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I - A IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10639/03 E 11645/08 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DA DISCIPLINA GEOGRAFIA	11
1.1 Contextualização das Leis Federais 10639/03 e 11645/08 e a Educação das Relações Étnico-Raciais	13
1.2 O Ensino de Geografia e a Educação das Relações Étnico-Raciais	16
CAPÍTULO II - O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E O CONTEÚDO ÉTNICO-RACIAL A PARTIR DA LEI 10.639/03.....	19
2.1 Análise do processo de avaliação do livro didático	20
2.2 O discurso étnico-racial no livro didático	23
CAPÍTULO III - A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA.....	26
3.1 Livro Didático de Geografia: Coleção Nos dias de Hoje (2012)	27
3.2 Livro Didático de Geografia: Jornadas.geo (2012)	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

A partir de leituras das bibliografias, participando de eventos e grupos de estudos, além de compreender a temática, obtive um interesse pela questão étnico racial no âmbito educacional, no qual tornou-se objeto de estudo neste trabalho final de conclusão do Bacharelado em Geografia.

Os Livros analisados são de editoras distintas, um da coleção “Nos dias de Hoje” e o outro, da “Jornadas.geo”, sendo ambos aprovados no PNLD de 2014. Com isso, abrangemos um período em que a Lei 10.639/2003 já está em vigor. Esta temática é necessária para analisar como o negro é representado nos conteúdos didáticos após a implementação da Lei no sistema educacional brasileiro.

Esta monografia tem como objetivo geral verificar a aplicação da Lei 10639/2003 no Livro Didático de Geografia do 8º ano do Ensino Fundamental. Os Objetivos Específicos: a) Compreender as Leis 10639/2003 e 11645/2008 e a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da Geografia; b) Identificar nas pesquisas já realizadas sobre o Livro Didático de Geografia e o conteúdo étnico-racial a partir da Lei Federal 10639/2003; c) Verificar a representação do negro no Livro Didático de Geografia do PNLD 2014, do 8º ano do Ensino Fundamental, após a implementação da lei federal.

Após quatro anos de negociação e reivindicação do Movimento Negro, houve a aprovação da Lei Federal 10.639/2003, instituindo as Diretrizes Curriculares, na qual em março de 2008 incluiu no currículo oficial da rede de ensino a Lei Federal 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e das Questões Indígenas, respectivamente. Porém nas instituições de ensino, as Leis ainda são tratadas com incerteza, pela falta de formação dos profissionais e pela carência de materiais didáticos. No entanto, após a implementação das Leis,

os conteúdos programáticos devem incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação do país e da população brasileira, tais como: o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, as culturas negras e indígenas. Espera-se que, como essas revisões, possamos pluralizar a história brasileira e dar o devido valor às contribuições de diferentes grupos para as áreas social, econômica, cultural e política. (BARBOSA, 2011, p. 12)

Ao longo da história do Brasil, o sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômica através dos meios de comunicação, mantendo uma estrutura com valores individualistas, tendo os livros didáticos veiculados com preconceitos e

exclusão da população negra como principal componente da formação geográfica e histórica da sociedade. A escola, como um espaço que promove a igualdade e tendem eliminar toda forma de discriminação e racismo, revela-se como um espaço em que a inferiorização dos negros são difundidas (GOMES, 2003, p. 77).

Conforme Barbosa (2011), a questão educacional constitui no elemento essencial para o Movimento Negro, no qual analisou os conteúdos veiculados nos livros didáticos com destaque a história do negro. A partir desta situação,

O movimento negro passou a exigir do sistema educacional formal o reconhecimento e a valorização da história dos descendentes de africanos e o respeito à diversidade, identificando na educação a possibilidade de se construir uma identidade negra positiva. (BARBOSA, 2011, p. 25)

O Livro Didático, além de ser considerado o principal recurso educacional usado para a formação do aluno, é o material mais tradicional, sendo umas das poucas ferramentas mais utilizadas de ensino-aprendizagem pelo professor no ambiente escolar de modo a transmitir informações e construir conhecimentos, por isso, deve conter elementos que atraem a curiosidade do aluno.

Para garantir que as questões étnico-raciais estão sendo representadas de forma positiva é necessário realizar o processo de avaliação do Livro Didático, no qual é realizado com o intuito de alcançar uma educação básica de qualidade às escolas públicas com coleções capazes de ajudar nos processos de ensino e aprendizagem de acordo com a realidade do professor, do aluno e da escola.

O professor de Geografia deve-se atentar em relação ao conteúdo relacionado com a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, isto é, deve-se desconstruir a produção e reprodução de ideias e imagens que são representadas nos Livros Didáticos, como também, estudar os conteúdos no início do ano letivo para que haja tempo suficiente para transmitir o conhecimento da temática para os alunos.

A ideia não é desclassificar a eficácia do Livro Didático de Geografia, mas sim, analisar e verificar os conteúdos de acordo com a implementação da Lei 10639/2003 na qual busca a igualdade racial na educação do Brasil. É importante criar debates e atividades em conjunto com a utilização do Livro Didático que contemplam a História e Cultura Africana e Afro-brasileira em salas de aula.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da monografia ocorreu da seguinte maneira, por meio, da pesquisa descritiva, realizando uma análise detalhada e minuciosa do objeto de estudo deste trabalho, que são o Livro Didático de Geografia e a Lei Federal

10639/2003. O método de pesquisa é o qualitativo tendo a análise de Livros Didáticos de diferentes coleções, cuja perspectiva é comparar e descrever a representação do negro neste material. O procedimento adotado para a coleta de dados e informações foi a partir de levantamento bibliográfico e de documentos, com uso de Leis Federais, leitura e análise da bibliografia levantada; e os Livros Didáticos selecionados para análise desta pesquisa.

Ao buscar trabalhos que tratassem sobre a representação do negro no Livro Didático de Geografia, verificou-se a existência de trabalhos que exploram a temática, a exemplo de Barros (2010); Lima (2010); Brito (2012); Oliveira (2016). Já os trabalhos que investigam sobre o processo de avaliação do Livro Didático ligados com a questão étnico-racial, foram encontrados Ferracini (2010) e Goularte e Melo (2013), abordando respectivamente, o continente africano e a Lei 11.645/2008 no Livro Didático de Português.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro Capítulo intitulado: “A Implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2008 e a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da disciplina Geografia”, será apresentado um histórico da contextualização das Leis Federais 10639/2003 e 11645/2008, focando no âmbito da educação a partir da obrigatoriedade da história e cultura afro brasileira e indígena, destacando o papel da Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Geografia.

O segundo Capítulo intitulado: “O Livro Didático de Geografia e o Conteúdo Étnico-Racial a partir da Lei 10.639/2003”, apresenta autores que analisaram o Livro Didático, mostrando ser uma ferramenta importante na educação brasileira, destacando a importância das avaliações do livro de Geografia do PNLD e conteúdo étnico-racial a partir da Lei 10639/2003.

No terceiro Capítulo intitulado: “A Representação Do Negro no Livro Didático De Geografia”, faz uma análise comparativa entre dois Livros Didáticos de Geografia do 8º ano, focando no Conteúdo “África”, com objetivo de verificar se a representação do negro e do continente africano estão sendo desenvolvidos no material didático, quanto aos conteúdos e imagens, após a implementação da Lei 10639/2003.

CAPÍTULO I

A IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10639/03 E 11645/08 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DA DISCIPLINA GEOGRAFIA

No início do ano de 2003, foi reconhecido a importância das lutas antirracistas dos Movimentos Sociais Negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil (SANTOS, 2005, p. 32), altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, sancionando a Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei nº 9.394/1996 passa a vigorar os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em 10 de março de 2008, é sancionada a Lei 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A Lei 9.394/1996 passa a vigorar os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

O Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 003/2004 (BRASIL, 2004) institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

De acordo com as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2004), a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) deve ser introduzida nos sistemas de ensino e no ambiente escolar para que haja a pluralização da história brasileira, para o conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional. Assim, a ERER é inserida na educação escolar com o objetivo de propor ações e práticas que superam a discriminação e o preconceito étnico-racial, com constante aperfeiçoamento e qualificação dos professores e formação de cidadãos críticos que pensam em uma educação antirracista, visando a igualdade racial e o respeito pelos diferentes. Educar para as relações étnico-raciais trata de “ensinos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder”. (SILVA, 2007).

O sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômica através dos meios de comunicação social, mantendo uma estrutura com valores individualistas, tendo os livros didáticos veiculados com preconceitos e exclusão da população negra como principal componente da formação geográfica e histórica da sociedade, e a escola tem funcionado como um espaço em que a inferiorização do negros são difundidas. A escola é o local mais importante para se inserir as questões étnico-raciais e não pode mais se tornar neutra em relação aos conflitos étnico-raciais encontrados no ambiente escolar.

O ensino das Africanidades Brasileiras refere-se ao estudo das raízes da cultura brasileira com origem africana, tendo o objetivo de compor os currículos escolares de todos os níveis de ensino, valorizando igualmente a identidade étnico-histórico-cultural dos diversos grupos que formam o povo brasileiro. Em relação ao campo escolar, este tema pode ser tratado

como disciplina ou área de estudos, mas abrange diferentes áreas de conhecimentos, podendo estar presente nos conteúdos e metodologias de diversas disciplinas.

A Geografia é a ciência do território, e o território é uma excelente instrumento de análise do que está ocorrendo no espaço geográfico como um todo (ANJOS, 2005, p. 167). Esta ciência discute a diversidade regional, as desigualdades no espaço, as potencialidades da natureza e as diferenças da população, permitindo que o sujeito tenha a percepção das relações que acontecem na sociedade.

No Ensino Fundamental, a Geografia é a disciplina que possui o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para os alunos, e os professores desta área são os agentes responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, sendo o aluno protagonista, no qual participa efetivamente das atividades e ações que estimulam o conhecimento, o respeito e a valorização da diversidade no cotidiano escolar.

A Geografia é uma disciplina importante para a formação da cidadania e da pluralidade cultural, na qual torna o mundo compreensível para os alunos em relação às características dos diversos grupos étnicos e culturais, mostrando as desigualdades e exclusões presentes na sociedade.

Os professores de Geografia precisam alternar o uso do livro didático com atividades e materiais pedagógicos-didáticos que contemplam a Educação das Relações Étnico-Raciais, aproximando os alunos de conteúdos relacionados às questões africanas e indígenas, promovendo assim, uma educação antirracista que respeite as diferenças, eliminando atitudes preconceituosas e buscando a erradicação do racismo na sociedade e no ambiente escolar.

1.1 -Contextualização das Leis Federais 10639/03 e 11645/08 e a Educação das Relações Étnico-Raciais

No processo histórico brasileiro, o Movimento Negro, desde o início do século XX, luta para que as questões raciais sejam debatidas e inseridas no sistema educacional abordando as relações étnico-raciais, importantes para a formação da cidadania, e que tendem ao fim do racismo.

Na segunda metade da década de 1990, o governo brasileiro atendeu um ponto da histórica reivindicação dos movimentos sociais negros e passou a monitorar os livros didáticos excluindo conteúdos em que os negros são mostrados com características negativas. A partir das reivindicações antirracistas do Movimento Negro, o governo reconheceu a importância da inclusão das disciplinas História dos Negros no Brasil e a História do Continente Africano nos ensinos Fundamental e Médio das redes de ensino.

No ano de 2003, o Brasil reconheceu a importância das lutas e pressões antirracistas dos movimentos sociais negros e indígenas, e a necessidade de uma educação antirracista com um ensino democrático que inserisse a história de todos os grupos étnicos que formaram o país, aprovando a Lei nº 10.639/2003, alterando o artigo 26-A que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no qual tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. No ano de 2008, foi aprovada a Lei nº 11.645/2008 alterando o artigo 26-A da LDB, inserindo a obrigatoriedade das Questões Indígenas no currículo da rede de ensino.

A aprovação destas Leis Federais trouxe a mudança de pensamentos e conceitos em relação à discriminação e preconceitos contra os grupos étnicos, sendo que os povos negros/afrodescendentes e indígenas compõem a grande maioria da população e lutam para que sua imagem e pensamentos sejam respeitados.

A escola sendo ao longo dos anos, uma das reprodutoras do racismo em relação a cultura negra e indígena, por sua vez, passou a repensar no papel em que a raça ocupa na sociedade brasileira e que a educação deve ser antirracista, oferecendo o bem-estar dos diferentes grupos étnicos, promovendo a construção da cidadania democrática e igualitária.

A escola, como instituição responsável pela transmissão do conhecimento e pela Educação das Relações Étnico-Raciais, é o ambiente ideal para a superação do racismo e da discriminação étnico-racial.

A partir da aprovação das Leis Federais, 10639/2003 e 11645/2008, se faz necessário a qualificação e a formação continuada dos professores de Ensino Fundamental e Médio para inserir conteúdos temáticos nas disciplinas escolares e não serem apenas reprodutores de conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, como também é importante que as universidades formem professores qualificados para ministrarem a temática em sala de aula, promovendo uma educação antirracista e não ligada ao eurocentrismo.

O Parecer do Conselho Nacional da Educação nº 003/2004 (BRASIL, 2004) define que a Educação das Relações Étnico-Raciais:

tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004).

A Educação das Relações Étnico-Raciais deve ser introduzida nos sistemas e nas instituições de ensino, propondo ações que superem os preconceitos raciais, auxiliando na

formação dos professores e de cidadãos críticos que visam à igualdade racial e respeito pelos diferentes. A Educação das Relações Étnico-Raciais também são inseridas no documento das:

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (BRASIL, 2004b), estabelecem a educação das relações étnico-raciais, como um núcleo dos projetos políticos-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão. (SILVA, 2007, p. 490)

A educação das relações étnico-raciais torna possível formar cidadãos e cidadãs que tenham como objetivo o respeito ao diferente. Assim, a educação deve ser conduzida, tendo-se como referências os princípios de “consciência política e história da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações”. (SILVA, 2007, p. 490-491).

A educação das relações étnico-raciais possibilita discutir a sociedade brasileira, que apesar de ser heterogênea em sua gênese acaba valorizando a cor branca, fazendo com que todas as outras etnias sejam vistas como menos importantes. Essa visão é resquício da colonização europeia, que desvalorizava para melhor dominar.

Um grande desafio da educação brasileira é romper com o modelo desigual e, especialmente, alterar o modo como a cultura africana e afro-brasileira é trabalhada no cotidiano escolar nacional. Precisamos analisar a África sem nossos olhares eurocêntricos preconceituosos, pois sabemos que o eurocentrismo, por meio da ideologia do moderno, exalta os valores ocidentais e desconsidera os demais saberes. (SANTOS, 2014, p.04)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) mostram que a educação das relações étnico-raciais deve apresentar afinidade entre os brancos e os negros com os mesmos conhecimentos e construindo uma sociedade igual com respeito à pluralidade. O papel da escola e dos professores é acabar com práticas racistas e de discriminação, mudando pensamentos e formando pessoas críticas e com visões de mundo mais amplas.

Os movimentos negros e indígenas lutaram anos para conseguirem a aprovação das Leis Federais e a inserção do estudo das temáticas nas redes de ensino, porém as escolas não cumprem o que foi proposto, pois os professores não têm formação para ministrar a temática na sala de aula. Com isso, os movimentos ainda precisam pressionar os governos para que as Leis sejam cumpridas no ambiente escolar. Para isso, se faz necessário uma transformação nos

currículos e programas dos cursos de licenciatura para que estes futuros professores pensem de forma diferente e sejam capazes de combaterem o preconceito e a discriminação racial.

1.2 - O Ensino de Geografia e a Educação das Relações Étnico-Raciais

A Geografia é a ciência que estuda as relações entre sociedade e a natureza. Na escola é uma disciplina essencial que contribui para a formação do indivíduo, como cidadão, apresentando soluções para uma melhor organização e convivência no espaço, porém sempre o aproximando com os diversos grupos étnicos presentes no processo histórico-cultural da sociedade.

A Educação das Relações Étnico-Raciais constitui um processo educativo que permite a superação dos preconceitos raciais e a igualdade dos diferentes grupos sociais, favorecendo a construção de uma identidade étnico-racial democrática e positiva.

A Geografia e as Relações Étnico-Raciais desempenham um papel importante para o desenvolvimento de prática de cidadania a partir do meio espacial, analisando e compreendendo as especificidades das práticas sociais, com destaque aos aspectos geográficos da África e suas relações com a formação do território brasileiro:

Na Geografia, os estudos dos espaços físicos e dos espaços humanos que a partir dele vão-se construindo requerem que se tenha como referência trabalhos de Milton Santos, entre outros, O Espaço do Cidadão (1990) e A Natureza do Espaço (1996), pois este autor estuda a Geografia do ponto de vista dos empobrecidos e marginalizados e, no caso do Brasil, a maioria dos descendentes de africanos se encontram entre eles. (MUNANGA, 2005, p. 164)

A importância de incorporar as Relações Étnico-Raciais na disciplina Geografia tem o intuito de promover a consolidação da democracia, o reforço à igualdade social e racial no país, como também compreender as lutas dos movimentos sociais para conseguir a igualdade dos grupos étnicos.

A partir do Ensino de Geografia nota-se a diversidade cultural do território em relação ao processo de ensino que reconhece e valoriza os grupos étnicos que formam geograficamente e historicamente a sociedade. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais encontramos a pluralidade cultural como um dos eixos transversais, definidos como referenciais de qualidade para a educação no Ensino Fundamental e Médio em todo país. E o respeito à pluralidade cultural deve valorizar as características étnicas e culturais dos diferentes grupos que convivem no território nacional, reconhecendo o Brasil como um país multifacetado (BRASIL, 1997).

O professor de Geografia poderá desenvolver práticas pedagógicas que compreendem a educação escolar como um processo que vai além da consciência transformadora. Inserindo os conteúdos da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e das Questões Indígenas na disciplina de Geografia, o aluno e o professor compreenderão o significado da inclusão da cultura do povo africano e indígena na construção da sociedade.

A forma mais utilizada de ensinar as temáticas étnicas é a partir do discurso do professor de Geografia ou por meio do Livro Didático, porém muitos outros materiais para a escola apresentam conteúdos discriminatórios sobre os africanos e os indígenas, impondo a estes grupos uma posição de inferioridade e invisibilidade histórica. Com isso, a escola tem o papel de repensar e alterar os Conteúdos, os Currículos e os Livros Didáticos, garantindo a diversidade de forma mais justa e democrática.

O professor de Geografia pode inserir as questões étnico-raciais no Ensino de Geografia a partir de eixos temáticos, valorizando a pluralidade cultural, com aspectos da formação e organização do território, o tráfico de povos africanos e dos outros grupos étnicos, a história e Antropologia dos povos indígenas no Brasil, podendo assim, compreender melhor a história, a cultura e a inserção dos negros e índios na sociedade brasileira.

De 1996 a 2000, foi desenvolvido cerca de 14 cursos em oito estados brasileiros pelo Programa de Educação, nomeado por “Relações Raciais e Educação”. As atividades aconteceram nas cidades de Belo Horizonte, MG (1996); Curitiba, PR (1997 e 98); Cáceres, MT; Joinville, SC e Brasília, DF (1998); Porto Alegre, RS (1998, 99 e 2000); São Paulo, SP e Belém, PA (2000). As atividades foram promovidas em parceria com outras organizações do Movimento Negro, universidades, entidades sindicais e secretarias de educação e cultura do estado e do município. O curso foi estruturado de forma a propiciar elementos para que os/as educadores/as possam compreender melhor a conformação das relações raciais e de gênero na cultura brasileira e interferir no cotidiano da cultura escolar. (SILVA, in: CAVALLEIRO, 2001, p. 69).

Há a necessidade de professores estarem preparados para tratar a temática indígena e racial na sala de aula para o combate da discriminação étnico-racial, a partir de formação continuada, para ficarem atualizados e produzirem materiais didático-pedagógicos que discutam o racismo e a discriminação.

Inserindo as Relações Étnico-Raciais no ensino de Geografia, o professor com seus alunos terá de recorrer a outros recursos didáticos na expectativa de mudar o uso do Livro Didático, realizando a produção do seu próprio material didático-pedagógico, tendo como exemplos o uso de mapas temáticos contextualizando o território de formação e ocupação dos

africanos e indígenas, a partir das aulas Geografia da África e Geografia do Brasil. Assim, o professor auxilia o aluno a ampliar a visão sobre a desigualdade racial na educação e na sociedade como um todo, formando uma cidadania realmente igualitária e democrática.

O presente capítulo visou apresentar uma referência história das Leis Federais 10639/2003 e 11645/2008, buscando alçar o Livro Didático com destaque da importância da Educação das Relações Étnico-Raciais para a disciplina de Geografia. O próximo capítulo terá por objetivo apresentar as contribuições de outros pesquisadores sobre de Livros Didáticos do PNLD, e sua abordagem sobre a questão étnico-racial.

CAPÍTULO II

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E O CONTEÚDO ÉTNICO-RACIAL A PARTIR DA LEI 10.639/2003

O Livro Didático que de forma simplificada pode ser entendido como um material impresso, contendo vários conteúdos e com finalidade didática de orientar os processos de ensino e de aprendizagem. (SILVA; SAMPAIO, 2014, p. 174). Carvalho; Filho (2015, p.116) cita em seu trabalho o conceito de Bittencourt (2014) a respeito do Livro Didático, sendo um recurso pedagógico importante no processo de ensino e aprendizagem, presente na escola há pelo menos dois séculos. A necessidade de promover a cultura nacional fazendo com que os estudantes tivessem acesso ao Livro Didático originou uma política pública no Brasil.

O Livro Didático é instrumento de construção do cidadão e representa a ferramenta e autonomia de trabalho do professor utilizado como material de apoio em sala de aula. O Ministério da Educação afirma que

[...] o livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação e consulta empregados por professores e alunos. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala de aula (BRASIL, 2003).

No cotidiano escolar, o Livro Didático é considerado o material mais tradicional e utilizado, sendo umas das únicas ferramentas de ensino e aprendizagem usada pelo professor no ambiente escolar, no qual podem melhorar a qualidade da educação. O livro é o principal recurso educacional usado para a formação do aluno de modo a transmitir informações e construir conhecimentos, por isso, o Livro Didático deve conter elementos atrativos para atrair a curiosidade do aluno e incentivar aos estudos.

Em 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pelo Governo Federal com o objetivo de distribuir de forma gratuita livros didáticos, obras literárias e dicionários para os alunos de escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio de todo o país. O programa também começou a avaliar a qualidade dos livros escolares. O MEC em 1993, realizou uma avaliação pedagógica dos livros contendo critérios gerais, destacando a correção dos conceitos e informações, pertinência metodológica, contribuição para a construção da cidadania. Foram criados os Critérios Eliminatorios e os Critérios de Classificação, destacando a avaliação da estrutura editorial, os aspectos visuais, as ilustrações e do Manual do Professor (BRASIL, 1998).

O Ministério da Educação gerencia e analisa o conteúdo das obras inscritas no PNLD pelas editoras, com o auxílio das universidades públicas. O processo de avaliação inicia com as editoras inscrevendo suas coleções a partir do edital lançado pelo MEC/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), sendo uma triagem e uma pré-análise de caráter eliminatório, e por fim, uma avaliação que é feita pelos professores de Instituição Superior.

Como resultado da avaliação das obras, no ano de 1996, foi estabelecido o “Guia do Livro Didático”, contendo uma visão geral das resenhas das coleções aprovadas no qual auxiliam o professor na escolha do livro didático, no qual tem que ser adequado a realidade do professor, do aluno e da escola, e assim melhorar a qualidade dos livros distribuídos nas escolas.

2.1- Análise do processo de avaliação do Livro Didático

O processo de avaliação do Livro Didático é realizado com o intuito de garantir uma educação básica de qualidade às escolas públicas com coleções capazes de ajudar nos processos de ensino e aprendizagem de acordo com a realidade do professor, do aluno e da escola.

A política de distribuição do Livro Didático foi denominada por Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, tornando um programa com recursos do Governo Federal que distribui os livros de forma gratuita para os alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, e que a partir do ano 1996, teve início ao processo de avaliação das obras inscritas no programa.

Foi elaborado pelo MEC, em 1993, o Plano Decenal de Educação para Todos,

[...] estabelecendo algumas prioridades da educação brasileira a melhoria da qualidade dos livros didáticos, a capacitação dos professores para avaliar e escolher livros didáticos, a necessidade de renovação da política do livro didático no país. Avaliar os livros didáticos, identificar os que contém erros conceituais e abordagens que comprometem a formação da cidadania tornou-se uma das principais preocupações do PNLD. (FANTIN; FIRKOWSKI, 2010, p. 4).

Nesta citação, é possível perceber o Plano Decenal de Educação para Todos, consta que a política para os livros devia salientar os aspectos físicos, a quantidade do seu conteúdo – fundamentação psicopedagógica, atualidade da informação em face do avanço do conhecimento na área, adequação ao destinatário, elementos ideológicos implícitos e explícitos e a capacidade de ajuste a diferentes estratégias de ensino do professor. (CARVALHO; FILHO, 2015)

Entretanto, a partir da avaliação do Livro Didático, é preciso que os professores estejam atentos a realizarem a escolha de um material adequado e com conteúdos ligados ao cotidiano da sociedade, isto é, escolher um recurso didático com informações e conteúdos verídicos, capazes de formar cidadãos críticos e formadores de opinião diante da realidade dos alunos.

Na decisão de escolha do professor, o mesmo tem o auxílio do Guia do Livro Didático, no qual é um documento que consta as resenhas das obras aprovadas no PNLD, com as principais características exigidas, visando renovações na teoria e nos princípios éticos e democráticos que podem ajudar no conhecimento do aluno e que atendem ao Projeto Político Pedagógico e a realidade da escola.

Quanto ao tempo de escolha do livro didático, Silva; Sampaio (2014, p. 175) afirmam que “infelizmente o tempo do qual o professor dispõe para escolher o livro didático é pequeno. Segundo professores da educação básica, mesmo com a escolha por meio da internet o tempo continua insuficiente para se fazer uma boa escolha.”

O livro didático é um instrumento importante para o ensino e aprendizagem da escola, além de ser uma ferramenta necessária para o auxílio do professor em sala de aula. O nível de conhecimento do professor é pouco quanto ao PNLD, pois muitos não tem acesso a este documento e as políticas de avaliação, escolhendo livros a partir do que são enviados pelas editoras, recorrendo com menos frequência ao Guia do Livro Didático que serve de apoio para a decisão do professor, apresentando as principais características das coleções aprovadas no processo de avaliação. Dessa maneira, se faz necessário a formação continuada do professor para obterem conhecimento sobre o PNLD, terem mais visibilidade ao Guia e serem aptos no processo de escolha do livro didático.

No decorrer dos anos, houve mudanças na estrutura do processo de avaliação e na produção do Livro Didático quanto aos critérios classificatórios e de eliminação, no conteúdo do Guia e os erros nos livros, principalmente de Geografia. A mudança ocorreu para analisar a qualidade e para que ocorresse melhoria no conteúdo de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, dentre este está o critério de ordem conceitual, no qual os livros não poderiam conter ou induzir ao erro; referente a questões políticas, não contendo preconceito ou discriminação, respeito toda cor, gênero e religião; e demandas metodológicas, isto é, assuntos relacionados ao conteúdo e informações de ensino e aprendizagem coerentes e apropriados.

A importância de analisar o Livro Didático que é produzido para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Médio, serve para verificar se o material será capaz de auxiliar o professor e o aluno durante o processo de ensino e aprendizagem, podendo o professor outros recursos em sala de aula de acordo com a realidade dos estudantes.

Em Silva; Sampaio (2014) realizou uma pesquisa no município de Uberlândia aplicando questionários a professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e os critérios utilizados para a análise do Livro Didático de Geografia foram: a sequência dos conteúdos; a relação entre Geografia Física e Humana; adequação ao PCN e ao projeto pedagógico da escola; leituras complementares; manual do professor; as ilustrações; as atividades e exercícios e ao conteúdo, tendo como resultado por boa parte dos professores que foram questionados “bons”. Na mesma pesquisa das autoras observa-se a questão relacionada com a diversidade étnica e as diferenças sociais e culturais da população brasileira, no qual os pesquisados sugerem que a temática deveria ser mais introduzida em sala de aula e no conteúdo do Livros Didáticos com mais frequência e que os professores passam por uma formação continuada em relação as Leis 10.639/03 e 11645/08.

É importante a avaliação anual dos Livros Didáticos para a ocorrência de informações corretas e atualizadas de acordo com o cotidiano do aluno e da escola, mas com a capacidade de obter uma perspectiva crítica quanto aos conteúdos, assim os professores podem utilizar as ideias do Livro Didático com outras atividades didáticas.

A importância do Livro Didático de Geografia para o aprendizado do aluno, torna-o cidadão crítico e atuante na sociedade, compreendendo o mundo e evitando propagar o racismo e preconceito de raça e gênero, juntamente com o professor trazendo conteúdos e livros atualizados, por isso, a necessidade de escolha do livro didático seguindo os devidos critérios de avaliação para que seja formado uma sociedade antirracista, justa e igualitária.

Em uma pesquisa a respeito da diversidade étnica no Livro Didático, Silva e Sampaio (2014), mostraram outra realidade, apresentando um conteúdo muito vago, com poucas informações e poucas atividades. As autoras evidenciaram a importância do professor utilizar outros materiais didáticos que abordem a temática juntamente com o livro, assim, seria possível quebrar os velhos paradigmas e promover a diversidade cultural.

As coleções de Geografia tendem a serem atualizadas com novas informações, inovações de conceitos geográficos e com conteúdos apropriados e compreensíveis ligados ao cotidiano dos alunos, dessa maneira, possuem a capacidade de facilitar a compreensão do mundo de forma igualitária, construindo uma sociedade antirracista capaz de respeitar a diversidade. Assim, a importância do processo de avaliação e a escolha dos professores por materiais com a realidade cotidiana e com conteúdos geográficos atualizados, capazes de inserir conteúdos que contemplem as Leis 10.639/2003 e 11645/2008, fazendo com que seja observado os princípios éticos para que não haja conteúdos preconceituosos e que respeitem a diversidade étnica da população brasileira, auxiliando no combate ao racismo dentro e fora da escola.

O trabalho de avaliação dos Livros Didáticos é realizado por professores do Ensino Superior junto com outros avaliadores, para que haja a aprovação dos livros ou das coleções. É preciso verificar de forma crítica para que não sejam aprovadas coleções contendo erros em seu conteúdo.

2.2- O discurso étnico-racial no livro didático

A Geografia caracteriza-se como uma ciência estratégica e posicional que estuda a relação entre a sociedade e a natureza para compreendermos e nos posicionarmos frente à realidade do mundo, a partir de reflexões que contribuem para um pensamento crítico quanto às desigualdades e discriminações raciais.

A alteração feita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Lei Federal 10639/2003, se tornou importante para o currículo da Educação Básica, no qual torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para todos os níveis de ensino, sendo que a criação e implementação desta lei, veio para apresentar o conhecimento da cultura-brasileira, combatendo o racismo entre as pessoas, principalmente dentro da escola.

A Lei 11.645/2008 alterou a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, modificada pela Lei 10.639/2003, e passou a incluir no currículo oficial da escola básica a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Dessa forma, reconheceu a diversidade social e compreendeu a formação dos grupos étnicos do Brasil.

Como já analisado anteriormente, a escola tornou-se um local onde são transmitidas imagens negativas do negro na sociedade, porém ela possui um importante papel no combate ao racismo e na superação da discriminação de gênero, étnico-racial e raça.

Antes da implementação das leis no currículo escolar, alguns livros traziam manifestação explícita de preconceito aos grupos étnicos em estudo. Os negros eram mencionados, porém de forma inferiorizada e com tratamento desigual em relação aos europeus. É preciso uma transformação nas práticas de ensino e a descolonização do currículo, de forma que as relações étnico-raciais sejam inseridas no cotidiano escolar. Para isso é necessária a formação de professores capazes de refletir com olhar mais crítico as culturas que são distorcidas nos currículos.

Ferracini (2010) em sua pesquisa sobre o continente africano no Livro Didático de Geografia, afirma que conteúdo sobre a África foi e é tratada nos Livros Didáticos com um enfoque de dominação territorial de caráter imperialista. Segundo o autor, a África pode ser analisada em cinco períodos temporais nos Livros de Geografia a serem verificados quanto a

sua abordagem. No primeiro período de 1890 a 1930, aparece o conceito de região a partir da política europeia com o teor colonialista quanto a divisão física e política. No segundo recorte, denominado “vanguardista” (1930-1954), na qual possui os traços da territorialidade europeia, tendo a África como ‘O Mundo Britânico’ e os países europeus com o poder do continente africano, sendo omitidos uma Geografia de disputas e conflitos no solo africano pelas potências europeias em prol do continente africano. Já no terceiro período de 1954 até 1961, o continente africano sem alteração em relação aos debates teórico-metodológicos com o surgimento de novos Estados Africanos tendo uma outra forma de dependência. No quarto recorte de 1964 e 1988, apresenta a África no conjunto dos países subdesenvolvidos e com traços da ONU destacando o continente como “Velho Mundo”. No período denominado contemporâneo (1988 até 2004), o continente africano já aparece com temas do cotidiano como a África branca e negra, apartheid, conflitos étnicos.

A temática da África é inserida nos PCN de Geografia com a relação de território e poder e a colonização europeia, com isso, é importante um diálogo e conhecimento de diversas áreas para reforçar a temática em salas de aula dos Ensino Fundamental e Médio, pois no ano de 2003 é sancionada a Lei 10.639 tornando obrigatório o ensino do conteúdo da temática em estudo.

Desde o ano 1890, o continente africano vem sendo estudado no Livro Didático de Geografia, porém com pouca atenção em relação ao conteúdo ministrado e com o passar dos anos, o estudo da África se tornou obrigatório em sala de aula e até mesmo, sendo parte integrante dos PCN, porém falta verificar se está sendo colocado em prática pelos professores em sala de aula. É necessário que o professor de Geografia utilize o Livro Didático como suporte de conhecimento e problematize a questão do continente africano no cotidiano escolar, assim, será possível avançar na discussão da Geografia da África presente nos Livros Didáticos.

Outro trabalho, como o de Goularte; Melo (2013), teve o objetivo de investigar como a Lei 11.645/08 está sendo abordada e como isso está ocorrendo nos Livros Didáticos de Português, destinados ao 6º ano do Ensino Fundamental. Com a análise dos Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental a partir da Lei 11645/08, os autores destacam a escassez sobre a temática, mesmo após a implementação da Lei nos currículos. É importante envolver todas as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, apresentando aos alunos a importância do povo negro e indígena para a sociedade brasileira.

Na pesquisa pelos autores, foram investigados livros que trazem ocorrências ou até mesmo menciona a temática indígena e afro-brasileira, mas focando na intervenção dessa cultura em uma particularidade, como a língua ou através de contos narrados por um casal

africano. Após a implementação da Lei 11645/08 verificou que a abordagem foi apresentada de forma superficial nos livros, com a aparência oculta dos povos indígenas e afro-brasileiros, sendo importante que o professor utilize outros materiais didáticos para que os alunos tenham conhecimento e interesse por este grupo étnico que contribuíram para a formação da sociedade.

Cabe ao professor de Geografia desconstruir a imagem dos povos indígenas e afro-brasileiro demonstrados no livro didático, pois a disciplina é capaz de contribuir para a formação cidadã do aluno, ampliando a visão de mundo, necessária para descolonizar o conhecimento racista que imposto no dia a dia pela sociedade. Dessa maneira, o professor necessita de conhecimento, passando por uma formação continuada para tratar a temática e inserir de forma prioritária no conteúdo programático de Geografia, assim, conseguirá obter um debate crítico sobre o racismo na escola e na sociedade.

No próximo capítulo, será mostrado uma análise dos Livros Didáticos para dizer como tem sido a representação do negro a partir da implementação da Lei 10639/2003, além de comparar a quantidade de imagens negativas e positivas nas quais os negros são representados nos Livros em estudo.

CAPÍTULO III

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

O Livro Didático de Geografia é um material imprescindível para a formação do cidadão diante da sociedade, para a promoção da igualdade e combate ao racismo a partir do conteúdo existente neste material. Sendo que, após a implementação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar, ele passou pela modificação de representar o negro, com isso, a partir do PNLN de 2005, os livros passaram a observar a inclusão da lei em seu conteúdo.

Antes da Lei 10639/2003 estudar como estava sendo tratado o continente africano, observava-se que as representações do negro presentes no livro mostravam que este grupo étnico estava sendo apresentado em posição subalternas, colocados como desempregados e com aspectos negativos, associando com a miséria, violência, fome, pobreza, doença (AIDS), devido ao conhecimento eurocentrado que eram colocados na educação. Por isso, para Silva (2001):

No que tange ao livro didático, denunciaram-se a sedimentação de papéis sociais subalternos e a reificação de estereótipos racistas, protagonizados pelas personagens negras. Apontou-se a medida em que essas práticas afetavam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo a auto estima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural. (SILVA, 2001, p. 65-66)

Dessa maneira, o professor de Geografia capacitado para tratar a questão étnico-racial em sala de aula, tinha e ainda tem o papel essencial da desconstrução do currículo escolar, focando no entendimento de mundo, revertendo para os aspectos positivos do negro, utilizando materiais didático-pedagógicos, capazes de auxiliar o uso do Livro Didático. Com isso, a escola, um espaço privilegiado, será capaz de formar alunos com pensamentos críticos necessários para a discussão das relações raciais no seu cotidiano, promovendo a igualdade e eliminando toda forma de racismo e de discriminação presente na sociedade.

Vale lembrar que a Lei 10.639/03 veio para alterar a representação do negro nos livros didáticos, porém conforme analisado na avaliação do Plano Nacional do Livro Didático em anos anteriores ainda trazem um conteúdo eurocentrado e com estereótipos negativos do negro.

A partir dessa questão, será apresentado neste capítulo um estudo a respeito de dois Livros Didáticos de Geografia do 8º ano do Ensino Fundamental, um da coleção “Nos dias de Hoje” e o outro, da “Jornadas.geo”, sendo ambos aprovados no PNLN de 2014. O objetivo é investigar, se após a implementação da lei, houve mudanças no modo que o negro foi retratado

no Livro de Geografia e, ao mesmo tempo, analisar se o que está sendo abordado contempla a proposta da Lei, atentando nos capítulos específicos sobre a África, observando a imagem visual, o conteúdo e a linguagem utilizada para representar nestes materiais.

3.1- Livro Didático de Geografia: Coleção Nos dias de Hoje (2012)

O primeiro livro utilizado para a realização da análise foi publicado pela editora LEYA, a coleção “Nos Dias de Hoje” com a aprovação no PNLD do ano de 2014. Seus autores são Cláudio Giardino, Lígia Ortega, Rosaly Braga Chianca e Virna Carvalho.

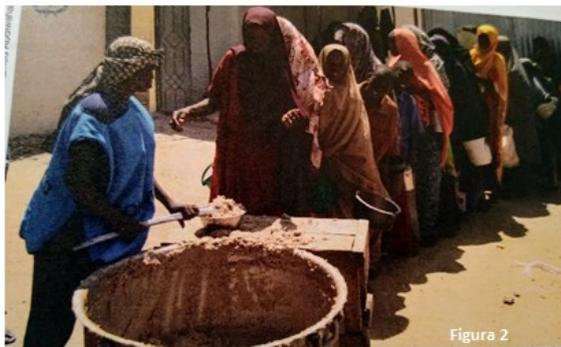
O autor Cláudio Giardino é Bacharel e licenciado em Geografia pela PUC-SP. Especialista em Psicopedagogia pela Unip-SP. Assessor de Geografia e coordenador pedagógico na rede particular de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Ex-professor de Geografia na rede pública e particular de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Autor de obras didáticas.

A autora Lígia Ortega é Bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH-USP. Ex-professora de Geografia da rede pública e particular de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Autora de obras didáticas. A autora Rosaly Braga Chianca é Bacharel e licenciada pela FFLCH-USP. Ex-professora de Geografia e Atualidades na rede particular de Ensino Fundamental II. Assessora de Geografia na rede particular de Ensino Fundamental I. Autora de obras didáticas e paradidáticas. Virna Carvalho é Bacharel em Geografia pela Unicamp. Mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP. Autora de publicações acadêmicas.

O livro do 8º ano possui trezentos e quatro páginas, onze capítulos divididos em quatro temas (unidades). Em relação ao estudo, a África neste livro aparece na quarta unidade, sendo a última do livro, na qual está dividido em três capítulos. É possível perceber a temática em último lugar, ou seja, o discurso do professor se concretiza, de não ter tempo suficiente durante o ano para estudar a temática em sala de aula.

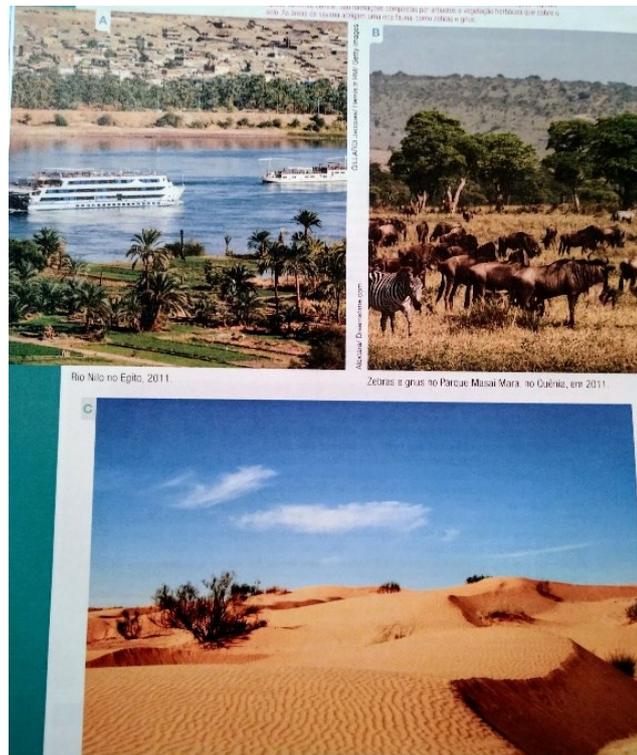
A unidade África está desmembrada em três capítulos, em destaque, o capítulo 9: “A diversidade natural e cultural do continente africano”; no capítulo 10: “Obstáculos ao desenvolvimento humano” e o capítulo 11: “Economia e desenvolvimento humano na África”. E durante a leitura dos capítulos foram localizados aspectos negativos, com destaque na reprodução da imagem do negro em situações precárias com trabalhos subalternos, com pouca representatividade (Imagem 1: Figuras 1, 2 e 3), e, também os aspectos positivos sobre o continente africano na Geografia Física e na Biogeografia (Imagem 2).

Imagem 1 - Negros em situações precárias ou com trabalhos subalternos
Figura 1: Fazendeiro branco fiscalizando agricultores negros em plantação de tabaco, 2005
Figura 2: Negros em fila para receber alimentos para saciar a fome, 2012
Figura 3: Negro trabalhando na colheita de chá, embaixo de sol forte, 2011



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p.269, 272, 273)

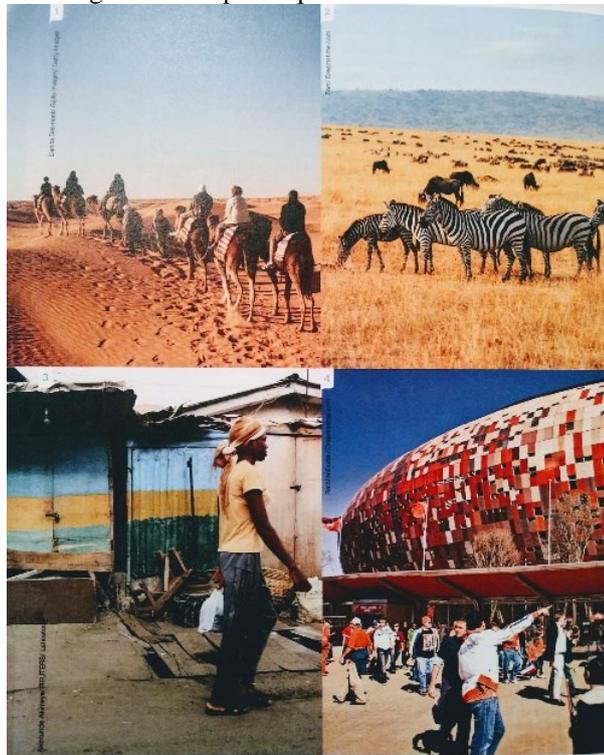
Imagem 2 – Paisagens Naturais do Continente Africano na Geografia Física e Biogeografia, 2012



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 294)

Para dar início a unidade, aparece logo de princípio, na página duzentos e trinta e dois, apresenta-se quatro imagens para representar o continente africano: o deserto do Saara (Tunísia), vegetação de savana com zebras e gnus no Parque Masai Mara (Quênia), uma mulher negra caminhando em um bairro pobre da cidade de Lagos (Nigéria) e o estádio de futebol em Johannesburg (África do Sul) na época da Copa do Mundo, com pessoas brancas indo assistir a uma partida de futebol. É notório a presença do branco na África do Sul em relação aos outros países do continente (Imagem 3).

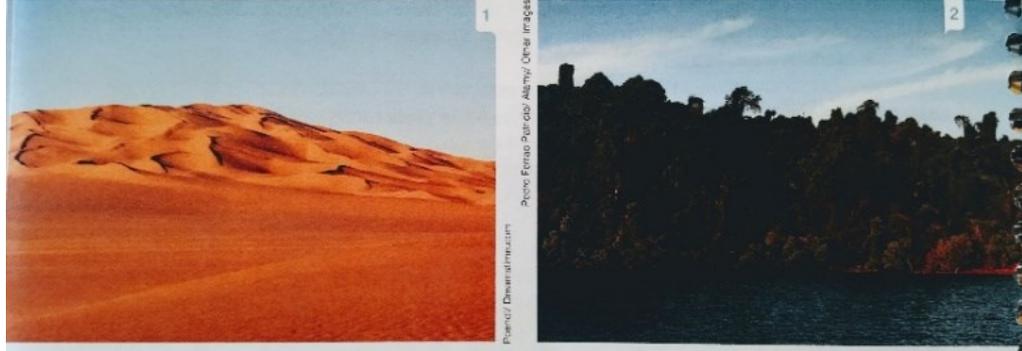
Imagem 3 – Imagens usadas para representar o Continente Africano, 2012



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 232)

No capítulo 9: “A diversidade natural e cultural do continente africano”, os autores descrevem a diversidade presente no continente, relacionado ao clima, a vegetação, relevo, hidrografia, as diferentes culturas e civilização existentes. Destaca-se que foi retratado as paisagens naturais da África (Imagem 4) com uma vasta diversidade de desertos, parques, rios, a visão que transmitida é que o continente também apresenta aspectos positivos.

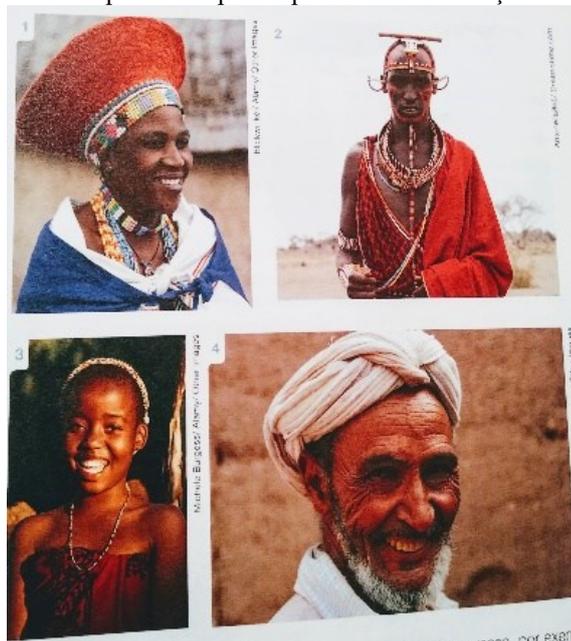
Imagem 4 – Paisagens Naturais da África, 2012



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 236)

No subtítulo que relata sobre a civilização e culturas africanas, observa-se quatro imagens de negros sorridentes, vestindo roupas tradicionais do seu país, África do Sul, Quênia e Marrocos, ficando perceptível a diversidade dos povos africanos com uma variedade linguística (Imagem 5).

Imagem 5 – Negros com roupas locais para representar a civilização e cultura africana, 2012



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 246)

Cabe destacar, no capítulo dez: “Obstáculos ao desenvolvimento humano”, o aspecto negativo da representatividade do negro, é a respeito da “Descolonização da África”, com uma figura tendo a presença de africanos transportando (puxando) religiosos europeus em carros de mão, e nessa figura retrata uma atividade de trabalho humilhante e subalternos, tendo a mão de obra desqualificada e a serviço da nação colonizadora (Imagem 6) e ao meu ponto de vista, uma imagem representando o aspecto positivo, com chefes de Estado negros, em uma reunião de cúpula da União Africana (Imagem 7). Os autores também trazem uma reflexão a respeito do Apartheid como o pior regime de caso de violência alimentadas pelas minorias brancas e para cessar a segregação racial coloca-se em destaque líderes negros, como Nelson Mandela, responsável pela luta contra o apartheid e pela liberdade do país.

Imagem 6 – Africanos transportando religiosos europeus como animais de carga, no Congo, em 1912



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 259)

Imagem 6 – Chefes de Estado, negros mostrado em cargo superior, Líbia, 2009

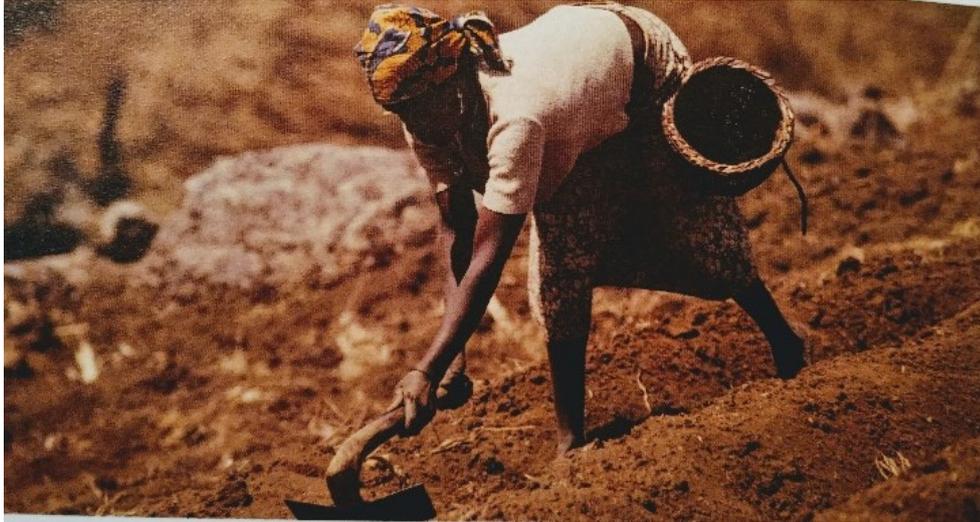


Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 262)

No capítulo onze: “Economia e desenvolvimento humano na África”, aborda textos que transmitem miséria, fome, desnutrição, guerras e conflitos étnicos e desigualdade de produção em relação a outros países. Outro ponto a destacar neste capítulo, foi a necessidade de retratar a África Subsaariana com a imagem de uma mulher negra africana trabalhando em condições precárias, em uma colheita manual de batatas (Imagem 8). Assim, para Silva e Conceição (2016):

[...] a parte ao sul denominada África subsaariana, (termo pejorativo e racista), utilizado para identificar a porção do continente localizado ao sul, onde está a maior parte dos países africanos e com predominância da população negra. (SILVA e CONCEIÇÃO, 2016, p. 6)

Imagem 8 – Mulher negra trabalhando com colheita manual de batatas em Bamenda, 2004



Fonte: Coleção “Nos Dias de Hoje”- 8º Ano (p. 279)

Por meio dos dados analisados na Unidade África, foi possível observar a seguinte comparação feita na Coleção “Nos Dias de Hoje” utilizada para estudo nesta monografia:

Quadro 1. Análise comparativa das imagens na Unidade África Coleção “Nos Dias de Hoje”

Negros em situação positiva	11
Negros em situação negativa	10
Branco em situação positiva	4
Branco em situação negativa	0
Paisagens Naturais	28

Fonte: Pesquisa feita no Livro Didático do 8º ano Coleção “Nos Dias de Hoje”, 2019

Organizadora: OLIVEIRA, 2019

Observa-se que em três capítulos referentes ao continente africano constam 28 imagens de Paisagens Naturais mostrando a diversidade natural e cultural do continente. As imagens dos negros em situação positiva e negativa foram quase na mesma quantidade, necessitando revê-las para não haver a discriminação do negro nos conteúdos. Os brancos em situação positiva foram representados em 4 imagens, sendo apresentados em posição superior aos negros, e nenhuma imagem com brancos em situação negativa.

Diante do que foi apresentado, conclui-se que o livro possui relação direta com a Lei 10.639/2003, porém mesmo obtendo aprovação no PNLD de 2014 e com uma melhora na qualidade do conteúdo, ainda representa o negro com a imagem subalternas, com textos que enaltecem a fome, a miséria e desigualdade social. Hoje em dia, é preciso que não ocorra esses “erros” discriminatórios com a reprodução do negro de forma inferior, sendo, o professor

essencial para desconstruir essas representações com um olhar crítico para essas ofensas, diminuindo, assim o racismo em sala de aula.

3.2- Livro Didático de Geografia: Jornadas.geo (2012)

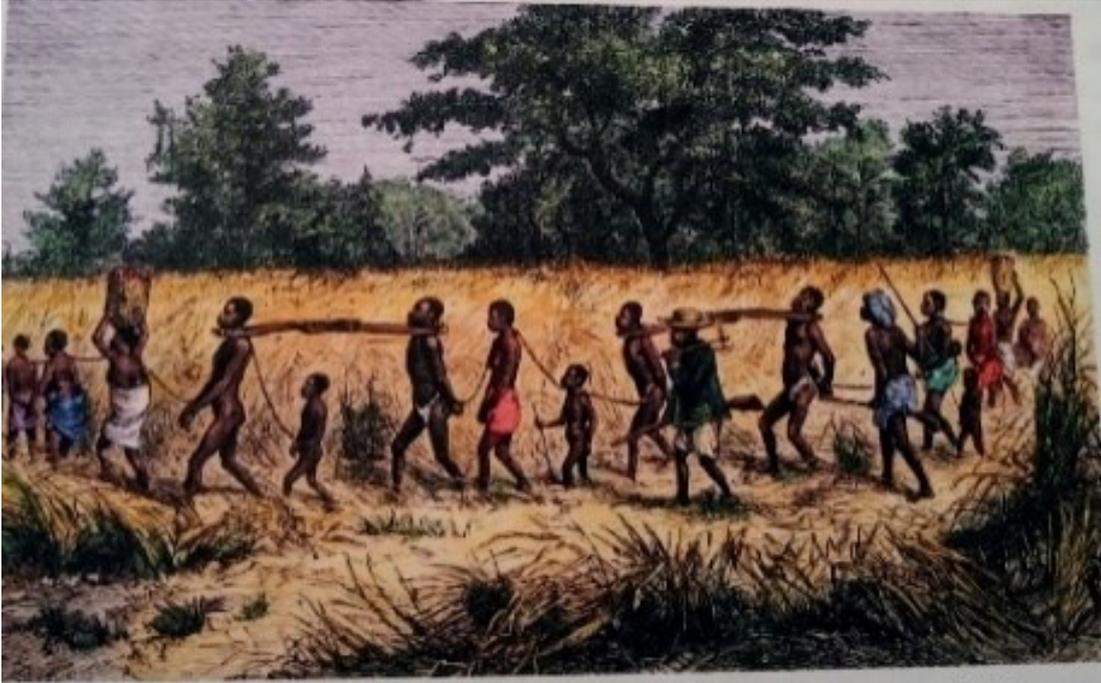
O segundo livro analisado têm dois autores: Marcelo Moraes Paula e Angela Rama. Foi publicado pela editora Saraiva, no qual faz parte da coleção “Jornadas.geo”, aprovado no PNLD do ano de 2014.

O autor Marcelo Moraes Paula é Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo e professor de Geografia no Ensino Fundamental e Médio. A autora Angela Rama é Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo, Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo e professora de Geografia no Ensino Fundamental e Médio.

O livro é composto por duzentos e quarenta páginas. Destaca-se a representatividade do negro e do continente africano com três unidades. A unidade cinco: “O continente africano”; unidade seis: “África: aspectos da população e conflitos” e a unidade sete: “África: economia e meio ambiente”. Percebe-se que as unidades são estudadas na metade do livro, ou seja, o professor poderá trabalhar todos os aspectos com seus alunos, cumprindo assim, o enfoque trazido pela lei.

Inicia-se a unidade cinco com a afirmação que a África é um continente rico em paisagens naturais e culturais, colocando como exemplos, três imagens, do Parque Nacional do Drakensberg, a cidade de Johannesburgo (África do Sul) e da cidade de Abidjan (capital de Costa do Marfim). Porém, na mesma unidade, consta textos a respeito da presença dos europeus no continente, escravidão (Imagem 9) e o tráfico de escravos pelo navio negreiro (Imagem 10) com figuras que demonstram a imagem do negro em condições precárias e sem nenhuma importância (Imagem 11), o negro vivendo a partir do modo e costume europeu com destaque em suas “novas” vestimentas, como se os africanos estivessem concordando com essa imposição de costumes eurocêtricos (Imagem 12).

Imagem 9 – Escravos capturados no continente africano para serem vendidos como escravos. Século XIX



Fonte: Coleção “Jornadas.geo”- 8º Ano (p. 138)

Imagem 10 – Escravos africanos à espera do navio negreiro. Século XIX



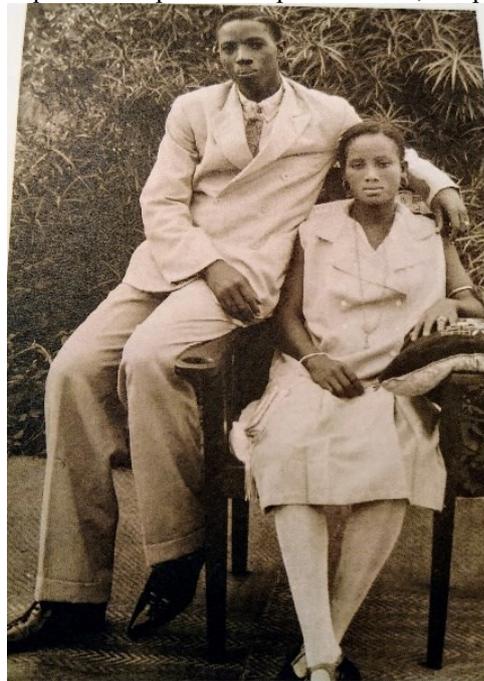
Fonte: Coleção “Jornadas.geo”- 8º Ano

Imagem 11 – Trabalhadores africanos em minas de cobre, exploradas por europeus, 1953.



Fonte: Coleção “Jornadas.geo”- 8º Ano (p. 145)

Imagem 12 – Modo de vida europeu nas roupas usadas por africanos, nas primeiras décadas do século XX



Fonte: Coleção “Jornadas.geo”- 8º Ano

Na sexta unidade, que retrata os aspectos da população e os conflitos, a África é lembrada como o continente mais pobre do mundo, mas com cidades que concentram poder econômico, porém é marcado com desigualdades sociais e vários conflitos e guerras. Ou seja, sempre trazendo os aspectos negativos deste continente com imagens da cidade de Cairo (Egito)

sem pavimentação, carros abandonados e lixo espalhado pela rua e as condições precárias da cidade de Marrocos (Imagem 13). Está presente na unidade, textos que retratam o discurso da África como o continente da elevada mortalidade infantil, da pobreza e da fome, como também as doenças (AIDS).

Fotografia 13 – Negros vivendo e trabalhando próximo à lixo espalhados próximos ao barraco de madeira, 2010



Fonte: Coleção “Jornadas.geo”- 8º Ano (p. 161)

No final desta unidade seis, apresenta-se imagens do negro relacionando-o a cultura, como a capoeira que foi desenvolvida pelos afrodescendentes no Brasil, e o jongo, no qual é uma dança de origem africana com versos cantados ou falados, destacando a importância dos costumes deixados e trazidos por eles que estão presentes no cotidiano brasileiro.

Por fim, na unidade sete, foi observado os aspectos econômicos e do meio ambiente, tendo destaque as atividades econômicas que são diferentes entre os países, como por exemplo, a agricultura, o extrativismo e atividade industrial. Nesta parte do livro, ainda continuam dando ênfase aos aspectos negativos do negro, devido aos recursos naturais extraídos, os autores dão destaque aos conflitos, ao trabalho escravo para a exploração de diamantes (Imagem 14: Figuras 4, 5 e 6), com figuras dos negros remetidos aos trabalhos subalternados que não necessitam de mão-de-obra qualificada, como a produção de milho, produção de azeitona e produção de abacaxi, mostrando uma inferiorização do negro no mercado de trabalho.

Imagem 14 – Negros em situações precárias ou com trabalhos subalternos

Figura 1: Negros trabalhando em mina de diamante, sendo fiscalizados por militares na Serra Leoa, 1996

Figura 2: Negros com uma criança negra, trabalhando na produção de milho no Quênia, 2009

Figura 3: Escravos africanos colhendo abacaxi em plantation, em Gana, 2010



Figura 4



Figura 5



Figura 6

Fonte: Coleção “Jornadas.geo”- 8º Ano (p.183 e 187)

Diante disso, mesmo com a obrigatoriedade da Lei 10639/2003 e o livro obtendo uma melhora na produção dos conteúdos, pode-se dizer que ainda constam estereótipos da população negra e do continente africano que reforçam o racismo e a discriminação para este grupo étnico que está sendo tratado de forma inferior e sua cultura e seu costume desfavorecidos.

[...] torna-se imprescindível que os profissionais da educação, façam a sua parte, em se tratando de pesquisar o livro didático, no qual fará o trabalho em sala de aula, assim como, procurar manter um olhar investigativo no trato com as ofensas, exclusões e toda forma de racismo a que se deprece nas escolas, onde atua. (LIMA, 2010, p. 38)

Em relação a análise comparativa das imagens que constam na Unidade África do Livro Didático da Coleção “Jornadas.geo”, foi possível observar a seguinte avaliação:

Quadro 2. Análise comparativa das imagens na Unidade África (Coleção “Jornadas.geo”)

Negros em situação positiva	07
Negros em situação negativa	15
Branco em situação positiva	04
Branco em situação negativa	00
Paisagens Naturais	22

Fonte: Pesquisa feita no Livro Didático do 8º ano (Coleção “Jornadas.geo”), 2019

Organizadora: OLIVEIRA, 2019

Na análise comparativa das imagens na Unidade África no Livro Didático do 8º ano da Coleção “Jornadas.geo”, verificou-se que em oito capítulos, 15 imagens estão representando o negro de forma negativa, diminuindo-o e colocando-o em situações precárias. Em relação, a situação positiva dos negros, é razoável com 7 imagens que enaltecem o negro no conteúdo. As Paisagens Naturais são representadas em 22 imagens, enquanto os brancos em situação positiva são mostrados em 4 imagens, e nenhuma em situação negativa.

Assim, o ensino de Geografia é capaz de desfazer estes aspectos eurocêntricos e negativos que são relacionados aos negros, sendo capaz de formar cidadãos críticos e com visões diferentes de mundo, contribuindo ao combate e propagação do racismo, por isso, a importância de utilizar outras fontes de recursos didáticos com informações atualizadas, com o intuito de obter outras visões sobre a temática, garantindo dessa forma, a melhora na qualidade do ensino e na educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Leis Federais 10639/2003 e 11645/2008 são marcos das lutas dos Movimentos Negro e Indígena para que no ambiente escolar seja combatido o racismo e ocorra a promoção da igualdade étnico-racial, formando uma educação antirracista que aperfeiçoe a qualidade de ensino e a preparação dos alunos para a prática da cidadania.

O professor de Geografia deve rever suas práticas pedagógicas e inserir as Leis Federais 10639/2003 e 11645/2008 no ensino de Geografia, mesmo que os Livros Didáticos tratem o assunto de forma reduzida.

A Educação das Relações Étnico-Raciais apresenta trocas de conhecimentos e formação dos cidadãos considerando a igualdade, uma educação justa e antirracista, propondo que o ambiente escolar e o professor em seus projetos pedagógicos sejam igualitários e apresentem o reconhecimento histórico dos grupos étnicos que formaram a sociedade brasileira.

A disciplina Geografia e a Educação das Relações Étnico-Raciais são essenciais para a formação da cidadania no qual contribui para a formação dos indivíduos, apresentando relação com a pluralidade cultural no processo educativo, trabalhando o território dos diversos grupos étnicos, com o intuito do aluno reconhecer, e valorizar os grupos étnicos que na maioria das vezes são excluídos socialmente, sendo possível superar o racismo e a discriminação existente contra os grupos, formando uma sociedade mais justa e democrática.

A escola deve promover contribuições para ampliar a visão sobre o conhecimento científico, sendo essencial a formação dos professores construindo relações sociais positivas e o engajamento em lutas que superam a desigualdade social e a discriminação. Assim, é de extrema importância que os professores possuam formação continuada para produção de materiais e debates abordando atividades pedagógicas que combatam o racismo, a desigualdade e a discriminação racial, para que não fiquem reféns do uso do Livro Didático e sejam construtores do conhecimento crítico transmitindo diversas visões de conhecimentos sobre a temática das Leis Federais.

O Livro Didático é um instrumento necessário no processo de ensino e aprendizagem, no qual serve para mediar o professor na transmissão de conhecimento, cabendo ele auxiliar nas atividades com os alunos. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, é um programa do Governo Federal com o objetivo de distribuir de forma gratuita livros didáticos, obras literárias e dicionários para os alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país. No entanto, o Guia do Livro Didático, contendo uma visão geral das

resenhas das coleções aprovadas no qual auxiliam o professor na escolha do Livro Didático, no qual tem que ser adequado a realidade do professor, do aluno e da escola, assim conseguem melhorar a qualidade dos livros distribuídos nas escolas.

No processo de escolha do Livro Didático, o professor precisa atentar aos critérios de avaliação presentes no Guia, verificando se o livro contempla a obrigatoriedade da Lei 10639/2003, além de apresentar informações atualizadas e conceitos geográficos a respeito do continente africano, deve, principalmente, preocupar com a construção de uma sociedade antirracista e igualitária, através de imagens e textos que não contemplam a reprodução negativa do negro em seu conteúdo. Por isso, durante a escolha do Livro Didático, os professores devem debater, questionar, refletir e envolver todos àqueles que irão utilizar o livro, pois este material poderá ser a única forma de conhecimento do aluno, e até mesmo, da família.

Desde 2003, a Lei Federal 10639/2003, tornou-se obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira na educação básica, por isso, é de extrema importância que a lei seja cumprida na sua totalidade no ambiente escolar, desconstruindo os estereótipos racistas existentes nos livros didáticos, tornando a sociedade mais justa em relação ao respeito de reconhecer os aspectos sócio históricos da população negra.

Neste trabalho foi analisado que os Livros Didáticos ainda necessitam receber maior atenção quanto à sua avaliação, pois apresentam conteúdos que ainda inferioriza a representação do negro no material didático. Os conteúdos relacionados ao estudo da História e Cultura da África são colocados em geral nos manuais na última unidade a ser estudada no ano letivo, como observado no livro da coleção “Nos dias de hoje” (PNLD, 2014).

No início do ano letivo, o professor deve-se organizar para que o estudo da temática, na qual é obrigatória no currículo escolar, seja contemplada no conteúdo programático da disciplina, para que haja tempo hábil de aplicar a questão étnico-racial em sala de aula, procurando utilizar, além das informações presentes no Livro Didático, atividades didática-pedagógicas alternativas que auxiliam o professor a mostrar diversas faces do continente africano, cumprindo assim, seu papel de transmissor de conhecimento com enfoque na inserção da lei no currículo escolar.

A partir da autovalorização do negro, é possível compreender a realidade e situação do continente africano nos dias atuais. Desta forma, inserir as questões da Lei 10.639/2003 no ensino escolar, mostra a importância na formação de um currículo que trate da diversidade étnica, racial e cultural da África, por isso, o ensino de Geografia contribui para o entendimento da formação dos grupos étnicos da sociedade brasileira.

Por meio da análise comparativa feita nos dois Livros Didáticos do 8º ano, foi possível verificar que a representação das Paisagens Naturais são mais frequentes na Unidade África, porém a quantidade de imagens que representam o negro de forma negativa na Coleção “Jornadas.geo” é maior do que na Coleção “Nos Dias de Hoje” mesmo após a implementação da Lei Federal 10639/2003. Quanto as imagens do negro em situação positiva, na Coleção “Nos Dias de Hoje” são mostradas em maior quantidade do que na outra Coleção.

Conclui-se esta pesquisa, com a certeza de que muito deve ser feito para transformar de maneira positiva a imagem do negro no livro didático, e, cabe aos pesquisadores e professores, em formação ou exercício, de Geografia, e também de outras disciplinas, estimular a criatividade dos alunos, assim como sua própria criatividade, em todas as fases, para o desenvolvimento de atividades específicas ao tratamento das relações étnico-raciais. Na educação, a valorização e o respeito da cultura e história dos negros e indígenas no Brasil são fundamentais para formar cidadãos que ajudarão a construir um desejável país igualitário onde todos serão respeitados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, MizantCouto de; VLACH, Vânia Rúbia Farias. O livro didático em discussão: elaboração de uma proposta alternativa. **Revista online Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 1-18, jun. 2001.

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar: fundamentos, representações e ações**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 71 p.

BARROS, Fernanda Lícia de Santana. **Desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar: o uso da pasta de textos**. 2010. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Departamento de Educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010

BARROZO, Monica Bonifácio; SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: problematizando o livro didático. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7, 2014, Vitória/ES. **Anais...** Vitória, AGB, 2014, p. 1-12

BERTAGNA, Camila. A Lei 11645/2008 e a abordagem da temática indígena na escola – Estudo de caso: a ação das Equipes Multidisciplinares em escolas do NRE de Maringá. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UEM, 2015. P. 1-9

BRASIL. MEC Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto de avaliação dos livros didáticos da 1ª à 4ª série**. v. 2. Brasília: MEC, 2003. 275p

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático**. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. **Lei número 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-11645.html>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais**. Brasília, MEC/SECAD, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, MEC, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Parecer nº 3**, de 10 de março de 2004. Brasília, MEC, 2004

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5º a 8º série do Ensino Fundamental – Pluralidade Cultural**. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEM.1998

BRITO, Danielly Benicio. **A lei 10.639/03 e o desafio de efeitos práticos**. 2012. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Faculdade de Ciências da Educação e Saúde FACES, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012

CARVALHO, Diana dos Reis Pereira; FILHO, Francisco de Assis Veloso. PNLD e o processo de avaliação: guias do livro didático de Geografia (2013-2015). **Revista online Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 16, n. 55, p. 114-127, set. 2015.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COSTA, Raphael Luiz Silva da; DUTRA, Diego França. A lei 10639/2003 e o Ensino de Geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos. In: Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 10, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009

FANTIN, Maria Eneida; FIRKOWSKI, Olga Lucia C. de Freitas. O PNLD e a escolha do Livro Didático de Geografia. In: **O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense**, Paraná, vol. 1, 2010. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010 UFPR geo artigo maria_eneida_fantin.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2018

FERRACINI, Rosemberg. A África nos livros didáticos de 1890 a 2004. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 4, n. 2, p. 69-92, 2010.

GIARDINO, Cláudio; *et al.* **Geografia Nos dias de Hoje – Geografia**, 8º ano. – 1. ed. São Paulo: LEYA, 2012.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com Relações Étnico-Raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e educação. **Revista Brasileiro de Educação**. 2003. página 77, 79 e 82.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 02, p. 33-54, jul./dez. 2013.

LEAL, Djaci Pereira; OLIVEIRA, Terezinha. **Livro Didático: sua importância e necessidade ao processo ensino-aprendizagem**. 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_djaci_pereira_leal.pdf. Acesso em: 17 de dezembro de 2018

LIMA, Fabiane Andréa da Silva Barcheski. **Lei 10.639/03: suas contribuições para uma educação igualitária**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Centro de Estudos de Comunicação e Artes Departamento de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010

MACIEL, Giséle Neves. O Programa Nacional do Livro Didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de Geografia. **Pesquisar – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 231-253, out. 2014.

MOURA, Rafael Strozi; MOTA, Edmilson Antônio. Afrobetizando no ensino de Geografia: a prática da lei 10.639/03 e o processo de implementação na sala de aula. In: Encontro Regional de Ensino de Geografia, 5, 2016, Campinas. **Anais...** Campinas, AGB, 2016, p. 1-11

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed., 204 p.

NASCIMENTO, Alexandre do. Educação das Relações Étnico-Raciais: Elementos Teóricos e Metodológicos de uma Prática de Formação Docente. **Revista Magistro**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2013

NASCIMENTO, Jaciene Florentino do; SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. O livro didático e a implementação da lei n. 10639/03 no ensino de história. **Revista Educação e Fronteiras On-line**, Dourados/MS, v.5, n.13, p. 101-113, jan./abr. 2015

OLIVEIRA, Iolanda. (Org.). **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DE&A, 2003.

OLIVEIRA, Natalia Vasconcelos de. **A lei 10.639/2003 e a representação do negro nos livros didáticos numa escola rural**. 2016. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Instituto de Educação de Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, 2016

PAULA, Marcelo Moraes; RAMA, Angela. **Jornadas.geo – Geografia**, 8º ano. – 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012

SANTANA, Luzia Martins de; FREITAS, Vanessa da Silva. Relações étnico-raciais no ambiente escolar: uma reflexão a partir da análise do livro didático de geografia em escola pública no município de Aroeiras –PB. In: Congresso Nacional de Educação, 2, 2015, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA9_ID2639_06092015200426.pdf . Acesso em 12 de novembro de 2018

SANTOS, Clézio dos. O Ensino de Geografia e a Cultura Africana e Afro-Brasileira na Escola. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, 2014. p. 01-15.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. IN: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: SECAD, 2005

SANTOS, Wellington Oliveira. A lei 10.639/03 e os livros didáticos de Geografia. **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, v.8, n.13, p. 229-247; jan/jun, 2014.

SILVA, Adão Fogaça da; CONCEIÇÃO, Marcielly Lima. Análise do livro didático de Geografia sob a perspectiva do continente africano. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 17, 2016, São Luís. **Anais...** São Luís, 2014, p. 1-10.

SILVA, Flávia Carolina da. A análise da representação do/a negro/a em um livro didático. **Revista África e Africanidades**, v.8, n.20, jul. 2015

SILVA, Lair Miguel da; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Livros didáticos de Geografia: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental. **Revista online Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 52, p. 173-185, dez. 2014.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha) da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender e ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Wanderson R. Z. da; SILVA, Viviane Lima. Geografia escolar e relações étnico-raciais: (re)construindo o espaço afro-brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 12., 2013, Paraíba. **Anais...** Paraíba: UFP, 2013. p. 1-13.

SOUZA, Lorena Francisco de. As relações etnicorraciais na Geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/NURBA**, v.2, n.2, p. 04-19, dez. 2016

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, set./dez. 2010.